



ESTADO DE ALAGOAS
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Ronaldo Medeiros



Projeto de Lei nº 409 /2017.

SÚMULA: Regulamenta o art. 245 da Constituição do Estado de Alagoas, que versa sobre organização e funcionamento dos órgãos integrantes do sistema de segurança pública reconhecendo a atividade como insalubre e de risco.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS
DECRETA:

Art. 1º - Esta lei regulamenta o art. 245, que versa sobre organização e funcionamento dos órgãos integrantes do sistema de segurança pública reconhecendo a atividade como insalubre e de risco.

Art. 2º. A atividade dos agentes públicos integrantes do sistema de segurança pública, elencados no art. 244 da Constituição do Estado de Alagoas, é considerada típica de estado e técnica profissional para todos os efeitos legais.

Art. 3º. É assegurado aos integrantes dos órgãos constantes do art. 244 da Constituição do Estado de Alagoas a percepção do adicional da remuneração, a título de periculosidade, de caráter indenizatório, no percentual de 40% (quarenta por cento), conforme o caput do art. 3º, da Lei Estadual nº 6.772, de 23 de novembro de 2006.

§ 1º. O adicional de periculosidade será devido ainda que a atividade seja exercida a título de capacitação ou treinamento, assim como a que envolva execução de tiro real, porte de arma, manuseio de explosivos ou inflamáveis.





ESTADO DE ALAGOAS
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Ronaldo Medeiros

§ 2º O servidor continuará a fazer jus ao adicional de periculosidade nos casos de afastamentos decorrentes de acidente em serviço ou moléstia contraída no exercício da função, e durante os afastamentos legais até trinta dias.

§ 3º O adicional de periculosidade será calculado sobre a remuneração total, excetuadas as vantagens de natureza pessoal, nos percentuais mínimos de 40% (quarenta por cento), conforme o caput do art. 3º, da Lei Estadual nº 6.772, de 23 de novembro de 2006.:

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 28 de março de 2017.

Ronaldo Medeiros
DEPUTADO ESTADUAL



ESTADO DE ALAGOAS
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Ronaldo Medeiros

JUSTIFICATIVA

A presente proposição é fruto de um processo histórico, da discussão de profissionais de segurança pública, de agentes políticos e do debate da sociedade, de pessoas comprometidas com a defesa dos direitos do cidadão, que tem as raízes na luta pela democratização do Estado de Alagoas, e também do País.

O interesse deste projeto é instituir o benefício aos integrantes do sistema de segurança pública a percepção do adicional de periculosidade. Tal direito encontra respaldo da Constituição Federal, conforme art. 7º, XXIII, que preceitua:

[...] são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...] XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

Da mesma forma a Constituição do Estado de Alagoas, precisamente o art. 55, VII, leciona que:

[...] são direitos especificamente assegurados aos servidores públicos civis:

[...] VII – adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

Ademais, o art. 40, § 4º da Constituição Federal faz alusão a atividades de risco e as exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, garantindo tratamento diferenciado aos servidores, tratamento que também deve ser reconhecido aos agentes públicos que integram o sistema de Segurança Pública do Estado de Alagoas.

Dessa regulamentação é que adviria o conceito de atividades insalubres, penosas e perigosas, hoje limitado aos trabalhadores da iniciativa privada, nos termos do art. 193 do Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), que assim considera tão somente as atividades que impliquem o contato permanente com substâncias inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. Posteriormente a Lei nº 7.369, de 20



ESTADO DE ALAGOAS
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Ronaldo Medeiros

de setembro de 1985, estendeu o benefício aos eletricitários. Mas, tanto no nível Federal quanto no de alguns Estados o exercício dessas atividades foi regulamentado.

Insta gizar ainda o disposto na Lei Estadual nº 6.772, de 23 de novembro de 2016, que alterou o dispositivo da Lei Estadual nº 5.247, de 26 de julho de 1991, in casu, o art. 73. Vejamos: *“Os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas radioativas, biológicas, ou com risco de vida, fazem jus a um percentual incidente sobre a retribuição pecuniária mínima, paga sob a forma de subsídio pelo Poder Executivo. ”.*

Ademais, somente aos Agentes Penitenciários, conforme bem leciona a lei supracitada, precisamente o art. 3º “será devido aos ocupantes de cargos efetivos o percentual pelo exercício de atividades consideradas de periculosidade”, em valor mensal correspondente a 40% (quarenta por cento) da retribuição pecuniária mínima, para sob a forma de subsídio pelo Poder Executivo “quando em exercício em estabelecimentos prisionais ou hospitais psiquiátricos, judiciários ou não”.

Essa circunstância assimétrica, de alguns terem o direito reconhecido e garantido, enquanto outros só o têm como propósito, causa situação de iniquidade diante da inexistência de comando legal que obrigue o Estado de Alagoas a garantir a percepção do adicional correspondente, corolário e pressuposto da aposentadoria especial com o mesmo fundamento.

Diante do exposto é que estimulamos os nobres pares a aprovarem a presente proposta, como forma de aprimorar, ainda que pontualmente, o sistema de segurança pública, ao dotar seus órgãos de mais um mecanismo de valorização do trabalho policial.

Maceió, 28 de março de 2017.

Ronaldo Medeiros
DEPUTADO ESTADUAL